

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):

Novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá

PARECER Nº 17, de 03 de março de 2023.

OBJETO: Projeto de Lei Ordinária nº 018/2022, que *“Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei Municipal nº 5.075, de 27 de dezembro de 2022, que ‘autoriza o Poder Executivo a conceder, no exercício de 2023, Subvenções Sociais, Auxílios Financeiros, Contribuições e transferências às entidades que especifica, e dá outras providências.’”*

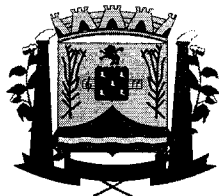
AUTORIA: PREFEITO EDSON TEIXEIRA FILHO

1- RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que visa acrescentar parágrafo único ao art. 1º da Lei Municipal nº 5.075/2022.

A presente proposição, após passar pela discussão nesta Comissão, entrará em pauta observando os termos regimentais, em Sessão Ordinária. Caso sejam apresentadas emendas, essas serão objeto de pareceres individuais. Ressalta-se que o projeto em epígrafe visa acrescentar dispositivo à Lei anteriormente analisada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aprovada pelo poder legislativo municipal.

Desse modo, seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no artigo 41 do novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução 1/2022):



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 41. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sem prejuízo dos assuntos específicos das demais comissões, sobre todos os assuntos quanto ao aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto à forma técnico-legislativa e de linguística das proposições e:

I - manifestar sobre todas as matérias e proposições em tramitação na Câmara;

II - fazer a redação final das proposições que sofrerem modificações em Comissão ou em Plenário.

(...)

Feito o relatório, passa-se a opinar.

I- FUNDAMENTAÇÃO

O projeto reúne condições para prosseguir em tramitação, encontrando fundamento no art. 77, caput, da Lei Orgânica Municipal de Ubá, segundo o qual a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao *Prefeito Municipal* e aos Cidadãos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe no art. 24, inciso II, e no art. 30, incisos I e II:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

II - orçamento;

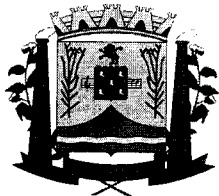
(...)

Art. 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...).



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Outrossim, prevê o art. 171, inciso II, alínea "a", da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989:

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

(...)

II - sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado:

a) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;

(...)

Destarte, no âmbito do controle de constitucionalidade, não há óbice a que o Município de Ubá discipline a matéria.

No tocante à *iniciativa* para a propositura do projeto de lei, matéria orçamentária é de *iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo* federal, estadual e municipal, conforme previsto no art. 165, incisos I, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; no art. 66, inciso III, alíneas "h" e "i", da Constituição do Estado de Minas Gerais; e no art. 76, inciso II, alíneas "h" e "i", da Lei Orgânica do Município de Ubá, os quais preveem, respectivamente:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

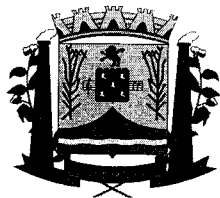
III - os orçamentos anuais.

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

(...)

III - do Governador do Estado:

(...)



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

h) as diretrizes orçamentárias; i) os orçamentos anuais;

(...)

Art. 95. Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

VI- enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município;

(...)

Por força do Princípio da Simetria, levando em consideração ao poder constituinte derivado decorrente, a Constituição da República Federativa do Brasil atribuiu autonomia aos demais entes federados para se organizarem nos seus aspectos político, administrativo, e financeiro por meio de suas próprias Constituições quando se tratar de estados membros, e através da Lei Orgânica quando se tratar de municípios.

Assim sendo, ainda quanto à iniciativa para legislar sobre a matéria, a Lei Orgânica Municipal, através da dicção do artigo 95, XXXIV, estabelece que é de competência privativa do Poder Executivo local. Senão vejamos:

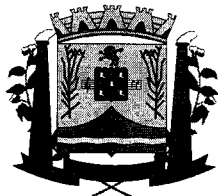
Art. 95 Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

XXXIV – conceder auxílios, para prêmios e subvenções no limite das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara;

(...)

Portanto, como se observa, a matéria em questão compreende a atribuição privativa do chefe do executivo municipal, não havendo, portanto, vício de iniciativa.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

No tocante à análise meritória, a presente proposição visa incluir parágrafo único à Lei que autoriza a concessão de Subvenções Sociais, Auxílios Financeiros, Contribuições e Transferências às Entidades descritas em seu corpo.

Vejamos o texto da proposta apresentada:

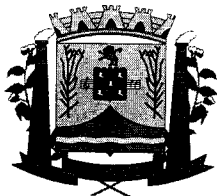
“Art. 1º (...)

‘Parágrafo Único. A Contribuição autorizada ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, sob projeto-atividade 0.351, será destinada a campanha de esterilização de animais domésticos em Ubá e demais municípios consorciados, em ação regional de controle de zoonoses.”

Nesse sentido, a Lei nº 4.320/1964 classifica *Contribuições* como espécies de Receitas Correntes, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. E conforme pode-se observar, o escopo do projeto de lei é prever no texto legal que a Contribuição autorizada ao mencionado Consórcio (SIMSAÚDE), na ordem de R\$ 1.5000.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), será com a finalidade de realizar a campanha de esterilização de animais (castração), controlando a zoonose, não apenas em âmbito local, mas regional, beneficiando vinte e quatro municípios consorciados.

Por fim, foi informado a esta Comissão que o referido repasse de recursos será acompanhado de prestação de contas pelos municípios consorciados ao município de Ubá, de forma a acompanhar sua aplicação na efetivação do trabalho realizado.

Destaca-se que a competência da Câmara Municipal para a autorização em questão está fundamentada na Lei Orgânica Ubaense, art. 55, inciso IV, que para aprovação da presente proposição, é necessário, regra geral, o *quórum de maioria simples* dos membros da Câmara Municipal de Ubá (art. 37, §3º do RICMU).



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Por estes fundamentos, este Relator entende que o projeto de Lei em Referência é formalmente legal e constitucional, além de atender aos requisitos constitucionais e legais relativos à matéria, bem como os princípios gerais da Administração Pública e demais normas de Direito Constitucional e Financeiro. Ressalta-se, também, que o projeto está redigido em boa técnica legislativa e atende aos parâmetros de juridicidade, não havendo nenhuma violação reflexa ao ordenamento jurídico, sobretudo em relação ao orçamento anual e a utilização dos recursos pretendidos.

II- CONCLUSÃO

Portanto, resta claro, em vista do exposto, que ao se levar em conta a temática abordada, o projeto em epígrafe se encontra apta à tramitação, tanto em seu aspecto formal quanto material, estando em perfeita harmonia com os dispositivos da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/1964, da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno desta Casa.

Logo, o parecer é pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 018/2023.

Ubá, 03 de março de 2023.


GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
RELATOR

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



Aprovado



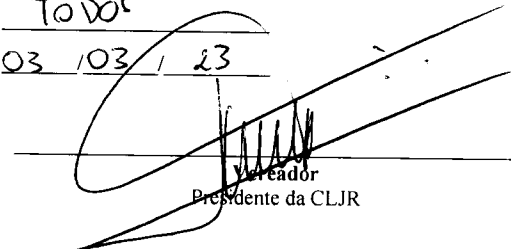
Rejeitado

Por:

TO DO

Em:

03 / 03 / 23


Vereador
Presidente da CLJR

Rua Santa Cruz, N°. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000.